



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

**ANÁLISE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO
EDUCATIVO NO SISTEMA CARCERÁRIO.**

JONATHAN SILVA DE ALMEIDA

Brasília – DF

2017

Jonathan Silva de Almeida

ANÁLISE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO EDUCATIVO NO SISTEMA CARCERÁRIO.

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, à Comissão examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses

Brasília – DF

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

JONATHAN SILVA DE ALMEIDA

ANÁLISE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO EDUCATIVO NO SISTEMA CARCERÁRIO.

Trabalho de Conclusão de Curso
defendido sob a avaliação da Comissão
Examinadora constituída por:

**Prof. Dr. Erlando da Silva Reses- Orientador da Faculdade
de Educação da Universidade de Brasília**

**Ma - Andrea Mara Ribeiro da Silva Vieira – Membro Interno
da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília**

**Profa. Ma - Ana Cristina de Castro Membro Externo
Secretaria de Estado de Educação do DF**

Data da aprovação: ___/___/___

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a todos os mestres que passaram por mim, e marcaram minha história, sem eles, não teria dado um passo sequer. Entre eles estão, João Capistrano, Jessé Capistrano, Valdeci Libânio e Erlando Rêses. O mestrando da FE, Wallace Roza Pinel, que se dedica ao tema, educação em prisões, que também teve uma participação importante na constituição deste trabalho de conclusão de curso.

Agradeço a vida, por não ter passado por nenhuma dificuldade física ou mental que interferisse em meu trabalho e em todas as minhas produções.

Por todo o caminho desta jornada acadêmica, as dúvidas, as incertezas e as decepções, foram suficientes para o crescimento pessoal e acadêmico. Apesar das adversidades que traz o tempo, são as pessoas que encaminham a possibilidade de felicidade e nós devemos escolher quais os caminhos para a construção de nossa história de vida.

*“O mais importante do despertar, é o encontro com a
luz.
Luz essa que molda o mundo de forma tão individual
Tão singular e ao mesmo tempo tão plural.
O outro é o que da importância e cor a esse mundo
agora tenaz.
A esse mundo tão plurissignificativo.
Tão cheio de emoção e movimento.
Tão cheio de razões e afetos sem motivo.
Um involucro desconhecido de sentimento.
O mais interessante da luz, é saber que podemos ver o
mundo existente por trás de cada um.
E todos juntos formamos o construto emocionante e
sensível que é a vida.
Desperte.”*

Jonathan Silva.

RESUMO

A educação nas prisões possibilita a ressocialização do custodiado visando a inserção na sociedade. Trata-se da defesa, a fim da defesa de um direito uno que visa não somente ao custodiado para entender melhor sobre si e o mundo que o rodeia, quanto a todos aqueles que fazem parte de seu convívio. O objetivo é analisar a institucionalização do processo educativo no sistema prisional. Para tanto, faz-se necessário observar, numa perspectiva histórica, o papel da etnia e raça na restrição da liberdade e sua ligação direta com a educação. Ressalta-se também o papel e as condições de trabalho do professor no processo de ensino-aprendizagem dentro dos presídios.

Palavras-chave: Educação, Sistema Prisional, Educação de Jovens e Adultos, Políticas Públicas, Aprendizagem.

SUMÁRIO

MEMORIAL	8
INTRODUÇÃO	17
CAPITULO 1 – EDUCAÇÃO EM PRISÕES, PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	21
CAPÍTULO 2 - CONSTRUINDO A PONTE ENTRE O PRESO E A EDUCAÇÃO.....	26
CAPITULO 3 – O PROFESSOR DENTRO DO SISTEMA PRISIONAL	31
CAPÍTULO 4 – A DISTÂNCIA ENTRE O QUE EXISTE E O QUE SE PROPÕE	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
PERSPECTIVAS FUTURAS	43
REFERÊNCIAS	44

MEMORIAL

Passei muito tempo com interesse em outras histórias, fantasiosas ou factuais, entretanto tirar um tempo para lembrar, reviver experiências do passado foi motivador e gratificante. Uma formação que foi construída através da Arte, principalmente no Cinema, a arte que pode incorporar todas as outras, de forma mágica. Esse definitivamente foi um momento de autorreconhecimento e autoafirmação.

Me fez refletir sobre todo o caminho que segui até aqui, e se me orgulharia de ter feito todas as escolhas que fiz, e ter estado com todas as pessoas que estive. As questões que são lembradas, são tão importante quanto as respostas esquecidas.

Por toda a minha trajetória pude conviver e passar por diversas experiências que fomentaram o meu interesse em estudar e analisar a situação prisional, tanto no Brasil quanto aqui no DF.

O início de tudo

A Educação faz parte de toda a minha vida, manifestando-se em ambientes formais e informais, porém o cinema foi impactante e eficaz no meu processo educacional, uma junção magnífica de diversas artes, que mudava drasticamente a minha forma de ver o mundo e perceber a mim.

Nasci no hospital de Ceilândia, no dia 15 de outubro de 1992, fui uma criança muito agitada e tive diversos problemas quando recém nascido, morava em um quarto, nos fundos da casa de um velhinho chamado Joaquim. Minha família dizia que aprendi falar muito cedo, logo depois das palavras “pai” e “mãe”, antes de 1 ano de idade pronunciei sem nenhum erro a palavra “liquidificador”, fator surpreendente para meus familiares viviam mostrando às outras pessoas minha habilidade, além disso, adorava dançar ao som da música “Florentina-Tiririca” e “Metamorfose Ambulante - Raul Seixas”.

Meus pais moravam juntos, na casa onde era do meu tio, minha mãe é paraense nasceu em 1970, na cidade de Belém, veio para Brasília ajudar minha tia, que vinha em busca de emprego. Meu pai é Goiano, nasceu em 1964, e veio à Brasília servir o Exército brasileiro, no início dos anos 80. Meus avós maternos são originários de um povo indígena e um grupo de “brancos” que saiu da cidade de Belém decidiram morar no interior do estado. Meus avós paternos nasceram em um Quilombo chamado “forte”. Minha família é tradicional conservadora e cristã.

Entre os 4/5 anos de idade costumava ser bastante curioso perguntava por tudo, isso perturbava meus pais, que trabalhavam bastante. Gostava de assistir a filmes de super-heróis como *Superman, o filme, com Christopher Reeve*. Ouvia músicas por grande parte do meu dia , incluindo títulos dos artistas, *Elton John, Michael Jackson, Creedence e Roxette*, mesmo não compreendendo a letra em inglês eu adorava ouvi-las, além de apreciar títulos nacionais de autores como Zezé di Camargo, Tonico e Tinoco, Tião carreiro e pardinho e Gino e Geno e além de artistas gospel como Cléber Lucas e Cassiane, que minha mãe costumava ouvir.

Ao final dos meus 6 anos de idade pude entrar tardiamente na pré-escola, no *Caic Bernardo Saião*, no p1 do setor P.sul. Era uma escola maravilhosa, fiz alguns amigos, outros não eram muito amigáveis devido ao forte tráfico de drogas em volta da escola, a criminalidade que ascendia no local, muitas crianças faziam parte desse meio. Foi nessa época que eu aprendi a ler, uma das maiores descobertas e conquistas da minha vida, eu sentia-me mais independente, poderoso, podia ler os bilhetes de reclamações que mandavam para a minha mãe, podia pegar ônibus, e o principal, podia ler todos os livros didáticos que eram da minha família. Com a minha professora chamada Elenildes, pude aprender diversas lições , as que mais me lembro são as de higiene, sobre os estados, sotaques e partes do corpo. Continuava apaixonado por filmes, tinha a coleção de bonecos dos filmes, *Vida de inseto e Street Fighter*, já passava a ouvir um pouco mais de rap (*Guindart 121 e Tropa de elite*). E no meu aniversário de 7 anos, foi a primeira vez que fui assistir ao filme no cinema (*X-men, o filme*), foi uma das sensações mais mágicas que já senti até então em minha vida.

Aos 7 anos, passei para a primeira série, minha professora se chamava Antônia, ela era bastante rígida, porém aprendi muitas lições de Matemática, percebi que adorava brincar com meus bonequinhos e criar diversas histórias. Decidi que gostaria de trabalhar em uma empresa fabricante de bonecos, este era meu sonho. Comecei a assistir muitos filmes de guerra e lutas (*Duro de matar, Conexão chinesa, Duplicado, Demolidor*), apaixonei-me por artes marciais, e imitava os golpes que via na TV a todo o momento. Nessa época da escola, aprendi a ter sentimento de grupo, meu melhor amigo era uma criança com deficiência mental, conheci o *bullying* e a violência por parte de meus colegas de classe que caçoavam de mim por diversos motivos.

Aos 8 anos de idade entrei para segunda série, foi a pior época da minha vida, ia mal na escola, sofria muito *bullying*, era agredido frequentemente, tanto na escola quanto em casa, descobri os desenhos animados (*Shurato, Pica Pau e Pateta*), essa foi a minha principal válvula de escape, aprendi o que eram bimestres, trimestres e semestres. Conseguia separar algumas disciplinas, como Português, Matemática e Ciências, das quais antes não compreendia, ao fim desse ano, sem ter muito progresso, fui reprovado, e minha mãe como forma de me punir, jogou no lixo todos os meus brinquedos que eu tanto adorava.

Aos 9 anos mudei para a escola de onde meu amigo Fernando Matias estudava, já na cidade do plano piloto, minha mãe e eu passamos a noite toda esperando na fila para poder fazer a matrícula, na *Escola Classe 206 sul*, onde tudo era novo, já não havia tanta criminalidade, o uso de drogas por parte da escola era reprimido, nós éramos informados frequentemente, sobre sexualidade, além disso, existia um melhor acompanhamento, por parte dos professores e da instituição de ensino. Passei a estudar mais, conheci a Geografia e a História como disciplinas separadas, conheci os poemas, as prosas e os textos, corria bastante dentro da escola, fiz amigos na direção e com os servidores. Em casa, quando uma banca de jornais, livros e revistas ia ser vendida, o dono resolveu dar pra minha tia todos os seus gibis, ela me deu boa parte deles, naquele momento, comecei a ler sem parar, todos os gibis, da “Marvel” a “Turma da Mônica”, eu adorava ler, passei até a ler comentários em outras revistas a respeito dos gibis que tanto gostava. Nessa época eu era viciado nos desenhos animados (*Dragon ball, yugi-oh, X-men, Hantaro e Teletubies*). Comecei a assistir muitos filmes de terror (*Chuck, Sexta feira 13, A hora do pesadelo, O exorcista*) com meus tios, porque tinha muito medo e por meio desses filmes pude ter mais coragem.

Na terceira série, aos 10 anos de idade, comecei a ter um bom ritmo de estudos, mas tinha muitos problemas com a minha caligrafia, a professora nunca entendia o que eu escrevia. Usei caderno de caligrafia e me sai pior ainda, odiava fazer cópias em meu caderno, não entendia a minha própria letra, porém gostava muito de criar signos dos quais eu compreendia, isso me trouxe alguns problemas com a escrita. Nessa época o que mais me impactou na escola foram as aulas de Geografia e História, podia descobrir o mundo e acabar compreendendo a mim mesmo, inclusive essa frase eu li em um livro de história dessa época. Em casa lia bastante gibis, guardava dinheiro pra comprar novos e revistas que falassem sobre o

tema. Continuava a criar meus personagens com problemas que eu observava nas outras pessoas e habilidades que pudessem tirar dessas situações.

Na quarta série, aos 11 anos, era o aluno estrelinha da turma, sempre tirava 10 em todas as provas, dava muito bem em todas as apresentações, aprendi sobre as capitânicas hereditárias, sobre como esse processo de colonização do Brasil nos influencia diretamente até os dias de hoje, os estados e suas capitais, sotaques, lendas, folclores , bem como a identidade de estudante em cada localidade do Distrito Federal. Entendia como era formado o DF, quem eram os nossos “heróis” da capital, os ícones da construção de Brasília, fomos ao catetinho, meus olhos se abriam para o mundo, entendendo o Mercosul, a ALCA e outros acordos de livre comércio e relações pelo mundo. Na natureza entendia como a água funcionava e seus estados e composições, foi uma época de muitas descobertas, onde estive mais focado nos estudos, formei, tive a honra de entregar as flores de final de ano para minha professora que se chamava Mônica.

Na quinta série, fui transferido para a *Escola Classe 405 sul*, aos 12 anos. Lá tive as minhas aulas de Inglês, adorava poder desvendar o mundo através de outras culturas. Encontrei muitas dificuldades em Matemática, a escola me desmotivava, os professores não eram mais tão próximos, e muitos dos meus amigos eu já não via mais. Engordei bastante, fiquei triste e não ligava mais para os estudos, não sentia muito prazer em ir assistir às aulas, quando ia pra direção sofria violência simbólica (Violência cometida por meio de palavrões, insultos e humilhações), era ameaçado de expulsão a todo tempo, virava-me como podia nas aulas, não me lembro de nada muito marcante dessa época na escola, mas o fator que me ajudou bastante, foi ganhar um violão, praticar música a todo o instante, comecei a cantar para acompanhar meu aprendizado no violão, que fazia com o auxílio de alguns livretos de música, nessa época em especial costumava ouvir “Bruno e Marrone” , “Jean e Giovanni” , “Raul Seixas” , “Cazuza” , “Mato Grosso e Matias” , “Leandro e Leonardo” , “João Paulo e Daniel” dentre outros grandes nomes da música popular brasileira.

Na sexta série, aos 13 anos, estava ainda mais gordo, continuava triste, tinha menos vontade de ir à escola, continuava a sofrer as mesmas violências, porém admirava muito meus professores, gostava de algumas aulas, e comecei a gostar de Matemática, dominava muito bem as equações, tinha fluidez no aprendizado de disciplinas humanas, mas não suportava as regras gramaticais das quais eu tinha de estudar nas aulas de Português, foi um ano bastante apático. Havia ganhado um

aparelho de DVD, pude ter uma conta na locadora próximo a minha casa, assisti mais de 200 exemplares, nos finais de semana eu não tocava nos livros, porém passava o dia todo com meus bonecos e filmes, tratava-se de filmes de ficção (*Matrix e Blade Runner*), Ação (*Rambo e Máquina Mortífera*), Drama (*Titanic*), Aventura (*A Múmia*) e o principalmente, conheci um grande esporte em ascensão na época, o vale tudo (*Total Elimination e Pride Inferno*), apaixonei-me pelo esporte nessa época já não tinha mais o sonho de ser um fabricante de bonecos, mas sim lutador de vale tudo dos pesos pesados.

Na Sétima série, aos 14 anos, mudei-me para a Escola Classe 408 sul, fazia escola parque pela manhã, onde pude fazer artes plásticas, música e atividades físicas pela manhã. Perdi 10 quilos nessa época, cresci um pouco e aprendi a dar chutes altos, desenvolvi minha elasticidade e vivia dando chutes onde quer que fosse, nas paredes, arvores, porém era um péssimo jogador de futebol o que me segregava da turma. No campo da Matemática aprendi as equações de 2º grau, comecei a me questionar o porquê estar aprendendo estas lições, nunca poder colocá-las em prática, justamente quando assisti ao filme *Madrugada dos mortos* que mostrava o conhecimento sobre o ambiente, fazia com que as pessoas sobrevivessem aos ataques dos zumbis, então, comecei a aprender outras coisas sobre sobrevivência. Nessa época entrei no curso de francês no *CIL (Centro interescolar de Línguas)*. Na época eu não gostava por pura homofobia, mas com o tempo e com a minha professora Margarete, fez com que amasse e conhecesse um pouco mais sobre os países francófonos e suas representações culturais.

Na oitava série, aos 15 anos de idade, fui visitar minha vó, em Belém do Pará e deparei com costumes e hábitos totalmente diferentes dos meus e isso me surpreendeu, visto que ler e ver sobre não é viver. Na escola, continuava com as aulas de Artes, além do Francês também cursava o inglês no *CIL*. Na escola aprendi muito sobre sexualidade, Física e Química, foram as que mais me marcaram, pelo estudo das ondas e foi a época em que conheci a tabela periódica.

Aos 16 anos de idade estava matriculado no primeiro ano do Ensino Médio, estudei no Centro de Ensino Médio Setor Leste, foram se formando vários nichos diferentes, com grupos de gostos totalmente distintos. Encontrei-me com as infinitas áreas científicas, me deparei com a Química e seus conceitos, as construções que podia fazer; no estudo da Física, aprendi muitas lições que puderam ajudar na prática, como na mecânica, cinética, elétrica entre outras coisas; em História entendi

bastante sobre a evolução humana, Mesopotâmia e idade antiga em geral. Na Biologia compreendi as formas de vida e como se estruturam, do estudo da célula e suas organelas; foi um período muito divertido e de bastante inovação dentro da escola. Eu montei junto a meus amigos um pequeno grupo, conheci o ritmo musical chamado metal e não parava mais de escutar, ouvia “*Slipknot*” , “*System of a Down*” , “*Iron maiden*” , “*Mettalica*” , “*Black Sabbath*” e “*Scorpions*”. Comecei a embarcar nos filmes de horror, adorava assistir “Jogos Mortais” e “Jogos Sangrentos” e quando fui ver como eram feitos os efeitos visuais, achei magnífico e a partir de então, sonhava ser um Cineasta.

No segundo ano do Ensino Médio, aos 17 anos, eu comecei a gostar de Filosofia, comecei a me tornar um leitor, antes não lia muitos livros, lia Sócrates, Platão, *Nietzche*, foi quando decidi abandonar a leitura e entrar no mundo da música, cantei por diversas vezes na escola e adorava fazê-lo, comecei a ouvir alguns cantores pops, como “*Chris Brown*” , “*Beyoncé*” e “*Backstreet boys*”. Comecei a me interessar por realities e novelas. Aprendi a tocar gaita e ganhei uma viola caipira de presente de aniversário.

No terceiro ano do Ensino Médio, aos 18 anos, começou a aumentar a pressão sobre o que eu deveria escolher para o futuro, antes o estudo que era algo gostoso e divertido, tornou-se mecânico e estressante, me forçava a aprender em decorrência do Vestibular que estava por vir, a música, que tanto gostava, tive de abandonar. Formei em Francês e depois desse período, resolvi cursar Pedagogia, na época acreditava que este curso prepararia para trabalhar em uma fábrica de brinquedo; ou Teatro, porque gostaria de me tornar um daqueles personagens, entrar em um novo mundo, mas acima de tudo, todas as minhas escolhas estavam baseadas dentro daquilo que eu quisesse fazer para o resto da vida , onde me traria satisfação profissional, que não senti em grande parte da minha formação.

A descoberta de um novo mundo

No Ensino Médio, formei aos 19 anos, e neste ano, não passei no vestibular e então, resolvi entrar em um curso pré-vestibular gratuito, lá eu estudei por seis meses, prestei o vestibular, fiz o Enem, tentei o Prouni em cursos distintos (Pedagogia, Comunicação Social e Teatro). Consegui passar em todos, e preferi entrar para Pedagogia na UnB, apesar de não estar muito satisfeito, ainda bastante

confuso e inseguro com as minhas escolhas. No início do curso, o leque de possibilidades e de personalidades mudaram bastante, antes minhas percepções não tinham um aprofundamento como hoje, e tendiam ,à homofobia, xenofobia, extremismos e racismos, o que mudou quando comecei a estudar Pedagogia, logo nos primeiros semestres em disciplinas como Antropologia e perspectiva do desenvolvimento humano fizeram entender o outro através de outros padrões e concepções. Pude ter uma maior autoconsciência como negro de periferia, e o mais importante, ter orgulho disso.

No meu terceiro semestre de faculdade, pude ir ao Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia no Pará, foi uma experiência magnífica, entender as discussões a respeito dos mais variados temas dentro do curso, em uma outra cidade com outras perspectivas, me trouxe mais segurança dentro do curso.

No meu quinto semestre, comecei a fazer Espanhol, no CIL e a estagiar dentro da UnB. Seria o meu primeiro emprego dentro de uma instituição, conheci bastante sobre a história da Universidade, sobre a burocracia, principalmente a por em prática a minha sensibilidade para as relações humanas. Neste ano, fiz um concurso chamado Brasília sem fronteiras, para fazer um curso no exterior de liderança mundial, passei, chegando lá, conheci muitas coisas novas, costumes novos e como a organização daquele país e sua educação fazem diferença na qualidade de vida da população. Foi bastante enriquecedor, entendi que tudo o que havia aprendido até então, havia um sentido.

No meu sexto semestre, por meio do Financiamento do ensino superior fui fazer outro curso superior, estou fazendo Cinema, no IESB, nesta oportunidade abri mais um leque de possibilidades, e estou aprendendo bastante, tendo um ensino mais teórico/técnico dentro das obras audiovisuais. Comecei a fazer Introdução a psicologia, canto coral, onde tive um maior contato com a musica clássica, ouvindo bastante “Pavarotti”

Hoje estou muito feliz pelas escolhas e trajetórias da minha vida, na escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso, que está sendo baseada em toda a minha história como um aluno periférico, que perdeu vários amigos por conta do crime, que teve e tem contato com pessoas que foram presas e o principal, se importa com essa questão, enquanto muitos esquecem. O trabalho me faz perceber ainda mais o quanto eu preciso aprender e o quanto é importante estudar.

Todas as minhas escolhas, quando pude fazê-las foram baseadas em pura diversão, para que sentisse satisfação no processo e não no que fosse necessário ou conveniente para o meu futuro. Eu nunca tive certeza do futuro, por isso faço o que puder e como puder no presente.

Eu adoro pessoas, gosto muito de me relacionar com elas, de conhecê-las e até de desvendá-las, mas nada me traz mais prazer do que poder ajudar alguém, me sentir bem em meio ao social é algo que me faz realizado.

Vivências acadêmicas

Na universidade de Brasília tive a oportunidade de ir em dois Estados (Belém/Pará e Porto Velho/Rondônia), e conheci vários estudantes e professores da região, além da cultura, as perspectivas no campo da educação. Experimentei debates que me fizeram crescer como pessoa e entender as dificuldades do país em sua maior totalidade.

Durante todos esses anos acumulei diversos amigos e companheiros, alguns tiveram que deixar a universidade, outros começaram a atuar frente a sua profissão. Dentre esses amigos, estavam os que adoçavam meu retorno a minha casa todas as noites com conversas leves e interessantes, faziam dormir não mais cansado, mas com um sorriso no rosto e uma vontade de chegar o momento em que nós nos encontraríamos de novo, são eles Fernando Hollanda, Barbara Lima, Megaron Carvalho, Camilla Ramos e Allana Borges.

Meu colega de curso Rômulo Guilherme Ferreira da Silva foi quem me auxiliou por grande parte da minha jornada, me indicando e guiando durante vários dos meus pensamentos e reflexões.

Dos momentos de descontração e diversão que passei no CA(Centro Acadêmico), jogando, conversando, discutindo, algumas pessoas me marcaram, como Stéphane e Nathiele. E dos diversos amigos que cultivei durante a jornada universitária estão, Mariana Pirineus, Irlanda, Jean, Virgílio, Thais Antonoff e Mike Tyson.

Débora Oliveira Silva que foi minha irmã de curso e me auxiliou até os últimos momentos.

E dos maiores presentes que ganhei em toda a minha jornada acadêmica foi formar amigos.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresento uma pesquisa bibliográfica sobre a educação nas prisões, estabelecendo uma ligação entre o que ocorreu na história até a institucionalização do ensino prisional, a partir de seus impactos na educação e uma reflexão sobre o assunto como interesse internacional.

O sistema carcerário brasileiro apresenta com diversos problemas, porém em seu objetivo central, está a reabilitação e ressocialização do preso e o principal fator para essa reinserção na sociedade é a reeducação (Meta 10/PDE).

O preso é um ser humano que geralmente é retirado da sociedade para refletir e compreender os seus atos como errôneos, sendo punido pela privação de sua liberdade e comunicação. Entretanto, a única saída necessária para a compreensão de mundo e de si mesmo se encontra no ato de adquirir conhecimento, proporcionado pelo sistema educativo moderno.

Atualmente a sociedade o vê em situação de invisibilidade, onde o preso se transforma de um ser humano invisível para um problema visível, tendo muitos dos seus direitos retirados, principalmente o seu direito sobre a educação. Direito esse colocado na lei de execuções penais de N° 7.210/1984, resguardando os valores educativos como obrigação do Estado e da família.

O Complexo Penitenciário da Papuda inicialmente foi construída para trazer 240 presos do DF, no ano de 1979, antes disso os presos eram enviados para prisões próximas do DF, porém com o passar do tempo o complexo penitenciário da papuda, foi crescendo e hoje abriga cerca de 15.400 (INFOPEN) presos com vagas apenas para 7.000. Algumas alas do presídio estão superlotadas há 10 anos, passando de 2 a 3 presos por vaga. A institucionalização da educação começou por trabalhos voluntários de iniciativa privada ou programas sociais (Gaudad, 2016). Com o tempo, houve o auxílio de vários profissionais interessados, e por experimentação foram colocadas três salas de aula dentro do sistema prisional. E a educação precária e problemática se deu por muitos anos dentro do centro de detenção provisória - CDP. E de lá pra cá a educação dentro desse sistema prisional vem caminhando à passos curtos.

A educação aproxima o preso da sociedade, enquanto o sistema prisional faz justamente o contrário. Por muito tempo a educação nas prisões foi um assunto

quase inalcançável, tanto na visão “ignorante” dos presidiários, quanto na visão do governo, que não elaborava política alguma para o estímulo de centros educacionais dentro dos presídios. Somente no ano de 2005 o Ministério da Educação junto com o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos pensaram em elaborar um projeto de educação dentro do sistema prisional brasileiro (Gaudad, 2016).

São escassos os meios de informação que torne a sociedade ciente dos benefícios que trazem a educação nos presídios. Os moradores do Distrito Federal não sabem quem são os presos da papuda, a não ser que já tenham parentes presos, ou estudem sobre, porque caso contrário, não passam de estatística e por muitas vezes, noticiário nos jornais.

A educação nos presídios é colocada por Políticos e representantes do ramo de segurança pública como perigosa, já que os presos tem consciência de seus direitos e podem vir a cobrá-los ou exigi-los de maneira total, retirando a autoridade policial de dentro desses ambientes.

Ambientes esses desumanizadores, muitos dos presos voltam a cometer os seus crimes após a saída do ambiente prisional por não terem contato com nada diferente do mundo da violência dos presídios. Ao invés de ser um ambiente de reeducação, torna-se um ambiente de repressão e retrocesso, cabendo apenas o papel da justiça, como essência, anulando a individualidade e cultura do presidiário, criando uma cultura única de perversão moral, ou por parte dos presos ou por parte do ambiente carcerário. Para alguns presos, o valor da educação está no aprendizado da leitura e na comunicação com a família, para outros é a oportunidade de se reestabelecer na sociedade, entrando no mercado de trabalho e não retornando a criminalidade(Gaudad, 2016).

A sociedade civil não tem acesso à informação precisa sobre a situação dos presídios, dificultando a compreensão sobre o bem estar dessas pessoas, e justamente por isso, qualquer investimento do governo se torna difícil, além da repressão sofrida pelos direitos humanos de alguns agentes da polícia que vendem o argumento falacioso de que presos não possuem recuperação. Discurso esse empregado pela famosa “bancada da bala¹¹”, que elaboram políticas imediatistas para problemas de segurança pública.

Além do desinteresse do setor público para implantar uma boa base educacional dentro dos presídios, existe também a falta de informação sobre a

¹ É a frente parlamentar conhecida pela defesa do uso de armamentos, redução da maioria penal e em prol da segurança pública.

educação dentro dos presídios. Os presidiários não enxergam nenhuma possibilidade de melhora, existe também o cansaço provocado pela rotina no cárcere, pelo trabalho, regras e organização. Dentro do presídio o principal interesse é pelo trabalho e a educação fica em segundo ou terceiro planos. Para eles não há objetivo haver um sistema educacional dentro dos presídios, no entanto a criação objetivo pode ser alcançado com palestras e cartazes, além de anúncios feitos pelos próprios carcereiros (Gaudad,2016).

Para muitos profissionais que agem em defesa da segurança pública, o trabalho por si, já é uma atividade que leva a reeducação do preso, transformando sua personalidade preconcebida como violenta e transgressora, restabelecendo as relações de poder na da sociedade moderna capitalista. “O trabalho fará o reestabelecimento do preso na máquina social econômica” (Foucault - 1975). A partir dessa concepção, a culpa do crime se torna uma responsabilidade individual, sem se analisar a constituição familiar e social desse cidadão, além de toda uma estrutura econômica que propicia a segregação e o desenvolvimento de uma sociedade sem emprego, que acaba por buscar a sua ascensão dentro do mundo do tráfico, tendo em vista que 60% da população carcerária cometeram o crime de tráfico ou roubo (Batista, 2010).

O problema dentro dos presídios, não se trata apenas de um problema local ou de instituição, se trata de um problema social, já que há uma grande maioria de analfabetos, negros, jovens e pobres dentro dessas unidades, além do hiperencarceramento de mulheres e LGBTs (Lucélia da Silva, 2014). É preciso se dar conta que o reflexo do erro dentro de uma sociedade se dá no reflexo de sua população carcerária, não um erro individual, ou de localidade, mas um problema político e social.

Pessoas que se mantiveram por muito tempo no periférico das oportunidades, são colocadas em um sistema de invisibilidade. O curso natural dessas pessoas é a reafirmação de sua identidade e de sua existência, que infelizmente são reacendidos nos sistemas prisionais por meio da violência, ou pior, muitos acabam por acreditar em uma ressocialização, mas quando são reinseridos na sociedade, não se sentem pertencentes os fazendo retornar ao mundo do crime. Se todo preso fosse aceito como cidadão, o interesse estatal seria muito maior nesses setores e a situação iria mudar, com maiores vínculos empregatícios, e uma maior aplicação da educação e

conscientização no cerne da “Boa Moral”. No entanto, os problemas são inúmeros, o fato de abrir os olhos para eles, já é uma grande evolução.

Realizamos pesquisa bibliográfica sobre a institucionalização do processo educacional nas prisões. A intenção foi refletir e explanar o tema com base em suas referências publicadas, além de conhecer e descrever o seu conteúdo científico. O objetivo foi compreender a institucionalização do processo educativo no sistema carcerário no DF.

CAPITULO 1 – EDUCAÇÃO EM PRISÕES, PERSPECTIVA HISTÓRICA.

A prisão como cerceamento de alguns direitos do cidadão, quando infringiam a lei, veio como forma de substituir as penalidades corpóreas que eram usadas com firmeza e desumanidade, a fim de corrigir o comportamento subversivo, a substituição veio, após surgir a crença de que o preso poderia se ressocializar o preso por medidas menos duras. Esse modelo chegou ao Brasil por volta do século VIII e XIX, como na Europa e nos Estados Unidos.

O castigo, como coloca Foucault, foi substituído por uma nova forma de castigo, o castigo da alma, vivido nos presídios.

“ O corpo encontra-se aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não é mais o elemento constitutivo da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais 'elevado'. Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores” (FOUCAULT, 1987, p.15).

No Brasil o primeiro cárcere foi o imperial, denominada Casa de Correção da Corte, fundada no Rio de Janeiro em 1850, mudando o cenário atual da época que começava a receber diversas influências da Europa, entre elas a forma de pena, que havia mudado, e foi comemorado como um avanço no país, criando um “mundo civilizado”. Nessa época, havia o papel do Capelão que vinha às prisões para trazer a educação Moral e Religiosa, entendendo dessa forma que acrescentava a vida dos encarcerados, algo além da punição dentro dos presídios, substituindo naquela época a “pena-defesa” por “pena-educação²²”. No entanto, pouco mais tarde, veio a necessidade de uma educação de cunho intelectual, aplicando ainda de forma subdesenvolvida a alfabetização e o ensino da aritmética (Rêses e Pinel, 2016).

No governo de Juscelino Kubishek(1956 - 1961) foi introduzida além do ensino integral a educação profissional. No regime militar ocorreram diversas

² A pena não vem mais como forma de defesa da sociedade contra ela mesma, e sim vem como forma de reeducar algum cidadão que não respondeu as normas daquela sociedade e passa a ser reeducado.

mudanças, porém no ano de 1984 se tornou presente e obrigatória a educação nos presídios, prevista na lei de execuções penais nº 7.210, de 11 de julho de 1984, dos artigos 17 ao 21.

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa. Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição. Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, LEP N°7210, 1984).

No Distrito Federal a educação nas prisões ocorre desde a década de 70, com a construção da primeira unidade prisional em 1967, situada na Velhacap, próxima a região administrativa de Candangolândia, foi chamada de núcleo de custódia de Brasília. Em princípio a educação era de cunho informal e era ministrada por meio de pessoas voluntárias para oferecer aos estudantes do sistema prisional, oportunidade de acesso ao conhecimento, logo depois em 16 de janeiro de 1979 o *Centro de Internamento e Reeducação- CIR*, Unidade Prisional localizada na fazenda Papuda, contava com artistas, estudantes, educadores e pesquisadores voluntários, que vinham por iniciativa própria, de movimentos sociais.

No início dos anos de 1981/1982, o trabalho de educação nas prisões estava sendo coordenado por um agente penitenciário, que com a ajuda de colegas, procurou apoio do Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, da então fundação Educacional do DF e da UnB. Foram improvisadas no prédio da CIR, as primeiras três salas de aula e a primeira biblioteca do Sistema Prisional do DF, que permanecem em funcionamento (Gaudad,2016). Ainda a mesma autora afirma que em 1986 foi criada a fundação de amparo ao trabalhador preso – FUNAP/DF, com a promulgação da Lei N°7.533, de 2 de setembro, que vinha com o objetivo de reinserir socialmente os presos por meio da educação e do trabalho. Foi criado um termo de cooperação técnica(tentativa de formalização de uma ação que antes era informal) entre a Secretaria de Educação e a secretarias responsáveis pelo sistema prisional, variando entre a Secretaria de Justiça e a Secretaria de Segurança.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal cedia os professores para ministrar aulas nos sistemas prisionais, mas estavam sob a gestão da outra

secretaria, havia a junção de secretarias para fornecer um serviço, contando, inicialmente com 17 professores.

Ao longo dos últimos 10 ou 15 anos, houve o entendimento não só por parte da secretaria de educação do DF, mas também um entendimento nacional, de que a escolarização deveria ser completamente entregue as secretarias de educação de cada um dos estados, sendo assim a ideia é de que não fosse mais um termo de cooperação técnica, mas houvesse a institucionalização da educação, ou seja a criação de uma escola dentro do sistema prisional, passando a ser uma unidade escolar (Gaudad,2016).

Em 2002, entrou em vigor a portaria de Nº 005/2013 da Vara de Execuções Penais – VEP/DF, que garantiu a remição de pena pelo estudo no DF. A Cada 18 horas de estudo por 24 horas a menos na pena. Este ato serviu para promover um maior estímulo à pessoa restrita ou privada de liberdade pelo estudo. Atualmente a portaria é regulamentada pela lei Nº 12.433, de 29 de Julho de 2011, na proporção de 12 horas de estudo por 24 de remição.

Até 2004 era ofertado cursos supletivos de 1º e 2º graus, porém as aulas eram ministradas pelos próprios presos, e o foco era a preparação para certificações dentro da Educação de Jovens e Adultos com provas de vestibulares da universidade Católica que oferecia bolsas integrais de estudos. Neste mesmo ano a modalidade EJA foi adotada como modalidade de educação no Sistema Prisional do DF, com isso o número de profissionais foi ampliado de 17 para 30, houve a ampliação do currículo da educação Básica. Apenas a avaliação da última etapa ficou a cargo do CESAS(Centro de Educação de Jovens e Adultos Asa Sul), até o primeiro semestre de 2007, ano em que os professores cedidos por convênios passaram a assumir essa determinada responsabilidade.

Em 2010 foi cedida pela SEEDF uma servidora para começar os trabalhos de secretária, que fazia o acompanhamento da documentação e certificação dos estudantes prisionais. Em 2011, a SEEDF cedeu professores readaptados para desenvolver determinados programas e projetos com relação a leitura, além do apoio a direção e coordenação. Em razão da falta de lugares adaptados para o desenvolvimento das atividades diversificadas, como música, informática, teatro e leitura teve de haver a diminuição da carga horária e do número de aulas. A partir do ano de 2012, havia uma pequena carga de professores e profissionais da segurança, porém neste mesmo ano, houve um ganho, a conquista da alimentação

escolar, mas pelo espaço dificultar a manipulação de determinados alimentos, restringiu-se apenas a alimentos secos (Gaudad,2016).

No Distrito Federal até o ano de 2015 os professores ofertados para o ambiente prisional, foram oriundos da Secretaria de Educação (SEEDF) e foram cedidos à Secretaria de Segurança Pública (SESIP), como um acordo firmado para esse fim. Porém foram realizadas várias críticas através de órgãos como o departamento Nacional Penitenciário/Ministério da Justiça – DEPEN/MJ, e movimentos sociais pelo fato de não haver uma institucionalização da educação nas prisões, e sua oferta e regulação está a mercê da direção da instituição prisional, tirando a característica de uma política pública de estado, restringindo o valor público de um direito que deva ser gozado por todos os presos.

Essa característica tornava além de muito difícil a sua oferta, sua conservação também se fazia inviável, além do caráter informal e invisível desse processo frente ao Estado. O acesso dos presos a esse benefício também era dificultado por todo esse processo, apenas cerca de 10% tinham o direito respeitado. Além disso, havia a dificuldade de outros profissionais da educação, como pesquisadores, professores e estudantes em participar desse processo dentro da CRE, por conta de uma dificuldade muito grande em de diálogo entre esses dois setores, portanto projetos e programas desenvolvidos, como o acompanhamento pedagógico, a formação continuada oferecida pela Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação (EAPE), e uma baixa fiscalização e manutenção dos repasses que tinham como destino a educação nas prisões.

Portanto, a Coordenação de Educação de Jovens e Adultos - CE JAD - que hoje é DIEJA (Diretoria de Educação de Jovens e Adultos) buscou por outros meios uma maneira de formalizar a educação nas prisões e para proporcionar ao preso, u dos seus direitos fundamentais, que é a educação.

Para isso, houve uma iniciativa, do SINPRO (Sindicato dos Professores) , Sociedade Civil e SEEDF, para a viabilização do projeto de institucionalização. O movimento cresceu e teve maior relevância quando houve a criação do *Núcleo de Educação do Sistema Prisional e da Gerência de Educação Prisional* juntando a educação formal e profissional. Essa iniciativa propiciou uma maior organização quanto à oferta, a fiscalização e a manutenção do ensino dentro desses ambientes, auxiliando e formando os professores. A partir disso, veio a construção do Plano Distrital de Educação no Sistema Prisional, publicado neste ano pela SEEDF/SESIP, abril/2017, reaproximando o discurso de criação de uma Unidade Escolar, junto da

SEJUS (que coordenava o sistema prisional do DF) e o DEPEN (Departamento de Penitenciária Nacional), com a criação de sete núcleos de ensino dentro das sete unidades prisionais do DF e administração da EAPE. Por fim a escola da CED 1 Brasília, que comporta 1600 estudantes de EJA, com 57 professores. (GAUDAD, 2016).

CAPÍTULO 2 - CONSTRUINDO A PONTE ENTRE O PRESO E A EDUCAÇÃO

O sistema penitenciário vai contra sua objetividade, mantendo muitos dos presos sem o direito a educação e a seus direitos como cidadão, ou até sem a consciência de que são cidadãos. O Brasil tem o maior crescimento da população carcerária mundial, entre 1992 e 2012, Aumentou 380,5% do número total de presos (Dolci, 2015), e 60% dessa população é negra.

Para fazermos um adendo quanto ao assunto de raça, teremos como referência o pensamento do professor Kabengele Munanga (2003)

“o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi neste sentido que o naturalista sueco, Carl Von Linné conhecido em Português como Lineu (1707-1778), fez o uso para classificar as plantas em raças ou classes, classificação hoje inteiramente abandonada. (Kabengele Munanga ,p.1.)”

Segundo Mundanga (2003) a divisão de raças foi utilizada como um meio de dividir e hierarquizar as sociedades da época, durante o século XVIII, a cor da pele era tida como um marco, para dividir a raça humana em raças. Na época como raças branca, negra e amarela, e a partir desse período diversos pensadores criticavam e questionavam esse princípio, que não só distinguia características físicas, como psicológicas e sociais.

Um dos expoentes do pensamento racalista da época, que teria vinculado a raça ariana como uma raça superior foi o filósofo Conde de Gobineau no século XIX. A partir dessa perspectiva, Munanga(2003) explana que “raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás, cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem.” No entanto, as diferenças que são resultantes da cor e características físicas ainda causam uma separação entre os indivíduos, uma separação política, dentre essas o racismo. Portanto, o autor explica a diferenciação de características físicas e a segregação que tal fato produz, como uma construção social, de um lado uma categoria que domina, de outro uma que é explorada e excluída. De acordo com Munanga Etnia é

“Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. (Kabengele Munanga p. 12)”

A população é invisível e vulnerável, sobretudo sua juventude. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen, 2016) da população carcerária há 622.202 presos, destes 61,6% são negros (pretos e pardos).

No início do século XX, havia um discurso de normatização do corpo por uma intervenção médica, para salvaguardar uma geração de um determinado povo mestiço, herança advinda dos ex-escravos na construção da identidade nacional. Havia a defesa de uma raça soberana, conforme o modelo eurocêntrico, em que as raças não brancas são inferiores, principalmente a dos negros, sendo que mestiços eram raças degenerada (Samuel, 2012).

Os jovens negros vivem em condições de vulnerabilidade no Brasil, convivendo com inúmeras dificuldades e a presença do racismo no dia a dia não se torna presente apenas por sua realidade dentro das estruturas das favelas ou regiões pobres, onde a maior concentração de pessoas têm a pele negra, também convivem com o racismo fora dela, sendo excluídas por padrões de beleza, preconceito cultural e religioso, além de estarem diariamente em contato com a violência, das mais variadas formas. A escola tem um papel superimportante de lutar contra esse comportamento, mas o que acontece é que ela contribui para a evasão e o fracasso escolar, jogando toda essa população jovem para o mundo do analfabetismo, delito ou cárcere. Nas prisões do Brasil, grande maioria dos presos é negro e frequentaram pouco a escola ou não frequentou (Rodrigues, 2011).

O preso sofre influências negativas quanto a sua inserção no mundo prisional por todo um processo histórico e social que o afeta. A violência, muitas vezes, representa uma válvula de escape do encargo cultural e social que sofre.

É um dever das escolas problematizarem, tanto dentro quanto fora dos presídios a existência do racismo e expressarem críticas quanto a cultura da violência, que os jovens sofrem. Deve haver uma maior contribuição do ensino público para dentro das comunidades menos favorecidas economicamente e principalmente daquelas as quais estão dominadas pela violência, e dependem muito dessa educação.

O dia a dia na escola traz ao convívio e as relações sociais refletindo a grande diversidade cultural, e por consequência pode refletir em comportamentos que reproduzam o estereótipo racista que aponta na sociedade, por isso há a necessidade de reflexão sobre esse comportamento. Deve se considerar dentro do universo escolar, o fato de que determinadas disciplinas e conteúdos, tenham de ser revistos e ressignificados quanto à realidade construída pela história, mesmo quando desconsideramos a classe social, ainda há o vestígio dessa realidade na contemporaneidade. A escola é um espaço onde pode através da discussão e a introdução de disciplinas como a História da África, para o entendimento de nossas origens e aprender a exercer o respeito (Luciléia, 2014).

O sistema penitenciário brasileiro não consegue atingir o seu principal objetivo, que é o da ressocialização, o estado acredita que restringindo o cidadão de sua liberdade, e o colocando para cumprir pena sob um regime fechado, irá cumprir com seu papel e o cidadão não irá mais voltar a descumprir a lei. Porém essa se torna uma crença falha, devido à preocupação do Estado não ser com o retorno do indivíduo a sociedade e consciente de seu dever como cidadão, mas sim pela simples prisão do mesmo, estabelecendo rígidos padrões de segurança, a fim de evitar que o indivíduo deixe de cumprir com seu papel como preso. No entanto, o crime continua a acontecer, por que essa “simples” privação de liberdade, não é o suficiente, o que ocorre é que o indivíduo que é preso, quando solto torna a cometer crimes, e por muitas vezes, crimes de cunho mais grave do que havia cometido antes de ser preso.

A privação de liberdade por si só não é suficiente para cumprir com o que o Estado está determinado a fazer, que é reeducar esse indivíduo. Para isso, é necessária a construção de programas de cunho educativo, que incluam a prática, e o estudo dos presos. É importante que o indivíduo que foi privado de sua liberdade seja ativo em seu ato de refletir, que não seja uma reflexão negativa ou puramente punitiva, mas uma forma de desmistificar a realidade, compreender seus moldes e readquirir uma identidade de um ser que não foi abandonado ou segregado como uma identidade rotulada, mas retirar de si o comportamento e compreensão de que ele é um bandido, e sim um sujeito que descumpriu a lei (Rêses e Pinel, 2016).

O poder público é um dos principais responsáveis pelo estabelecimento de uma política educacional de qualidade que permita a prevenção da prática criminal, proporcionando condições dignas para o cidadão, diminuindo a sensação de

vulnerabilidade perante a violência, tanto por aqueles que praticam, quanto para aqueles que as sofrem, principalmente para a população jovem, que são os principais alvos (Graciano, 2008).

O fator político é de extrema importância, tanto para o estabelecimento de uma visão do preso pela sociedade, quanto pela aplicabilidade de projetos que apoiem ou não esse público. Para se chegar ao objetivo pretendido por educadores e estudiosos na área prisional, necessário de questionar e ampliar a visão política quanto a essas pessoas e as políticas públicas são as que tornam a teoria em prática, efetivando um trabalho que estrutura e constrói medidas importantes para a vida humana e seu potencial, como Tayla Roberta Dolci (2015) coloca de forma sucinta :

“Quanto a política pública estatal, faz-se necessário que o governo compreenda que para diminuir o problema carcerário, deve-se investir em políticas públicas voltadas não somente à execução penal, mas também nas áreas de educação, saúde, segurança, habitação e geração de emprego como forma de diminuir as desigualdades sociais existentes na sociedade, para que todos tenham mais oportunidades e para que ao término do cumprimento da pena o preso encontre o apoio necessário para refazer sua vida de forma digna.” (Dolci, cap. 2.4, pg. 8)

A sua saúde física e psicológica devem ser cuidadas, e estão intimamente ligadas a higiene, a um tratamento onde o próprio ambiente seja benéfico e satisfatório, porém, hoje o que vemos está totalmente indo contra o que é proposto, com ambientes superlotados, sujos, pouco arejados e mal cuidados. Os presos tem de conviver com situações de desumanidade, com uma alimentação precária e pouco articulada, causando além de diversas doenças físicas, como tuberculose, inúmeras doenças psicológicas como a depressão, demência e esquizofrenia, levando muitos dos internos ao suicídio.

O contato constante com a família é de suma importância para o preso, e esse contato pode significar muito, entre o retorno ao delito ou ao mercado de trabalho, no entanto os estabelecimentos prisionais são colocados em localidades muito distantes de onde a família do apenado mora, levando em conta a distância e a dificuldade que se faz para a visita. O mais grave ainda é o fato de muitos presos serem o único ou principal sustento para os filhos ou demais familiares dependentes. Como explana o professor Calhau (2008):

“[...] A ‘recuperação’ do preso não se dá através da pena privativa de liberdade, mas apesar da pena privativa de

liberdade. O que os profissionais penitenciários devem ter como objetivo não é ‘tratar’ os presos ou impingir-lhes um ‘ajuste ético’, mas sim planejar-lhes, com sua participação, experiências crescentes e significativas de liberdade, de encontro significativo, refletido e consciente com o mundo livre. (Calhau, 2008)”

A participação ativa da sociedade contribui de forma inestimável para a recuperação do apenado, tendo em vista que a violência fora das prisões ainda se faz muito grande, e o preconceito e exclusão, contribui cada vez mais o ex-detento a uma prática criminal. O trabalho se torna difícil para aqueles que já passaram pelo sistema penitenciário, e é a principal forma de torna-lo pertencente à sociedade com dignidade e cidadania, mas as consequências sofridas por ele, devido a falta de educação e o pouco envolvimento com o mercado de trabalho, torna a busca por um emprego praticamente impossível, dificultando um retorno coerente ao meio social. Tayla Roberta Dolci sustenta que (2015):

“O trabalho prisional além de ser um importante mecanismo ressocializador, evita os efeitos corruptores do ócio, contribui para a formação da personalidade do indivíduo, permite ao recluso dispor de algum dinheiro para ajudar na sobrevivência de sua família e de suas necessidades, e dá ao detento uma maior oportunidade de ganhar sua vida de forma digna após adquirir liberdade.” (Dolci, cap.2.1. pg. 6)

Quando falamos de ressocialização, temos de ter em vista o cuidado que temos com nosso povo, e o principal, o objetivo que essa nação tem quando pensamos em construir uma sociedade que tenha um convívio menos violento e satisfatório, tratando todos com dignidade e respeito, do qual elas merecem e o principal, saber aplicar a lei e suas consequências, objetivando um resultado que venha a servir como meta para a construção de um cidadão consciente e solidário. Um homem que foi ao mesmo tempo um presidiário e um presidente disse:

“Costuma-se dizer que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro de suas prisões. Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata seus cidadãos mais elevados, mas sim pelo modo como trata seus cidadãos mais baixos” (Nelson Mandela).

CAPITULO 3 – O PROFESSOR DENTRO DO SISTEMA PRISIONAL

A profissão de professor em si já tem inúmeras adversidades, além daquelas provocadas pela falta de reconhecimento e remuneração, que o Estado e a sociedade proporcionam.

Para se tornar um professor dentro do sistema prisional brasileiro, não só é necessária a vaga como também deve se passar por uma entrevista, indicação, avaliação psicológica, investigação (SESIP) e também deve já estar trabalhando na SEEDF, tendo passado por algum concurso. O DF já possui o CEE 01 (Centro de Ensino Especial 01) institucionalizado dentro do sistema prisional.

Os professores são preparados com cursos. O interesse dos alunos em determinadas aulas, diminui o esforço e stress prestado pelo professor, conseguindo um maior engajamento dos alunos e permissividade. As matérias mais queridas, fazem parte do período de “atividade”, que são matérias que incluem a prática artística, retirando a tensão e pressão exercida pelo ensino nas prisões.

Um fato curioso passado pelos professores que trabalham nessas instituições é que os alunos encarcerados são muito mais interessados em aprender do que os próprios alunos do ensino regular (SERRADO JUNIOR, JEHU VIEIRA, 2017).

Reuniões são feitas com frequência para uma melhor organização do material dado e discussões a respeito da forma de transmissão do conteúdo. Essas reuniões acontecem geralmente na EAPE (Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação do DF), porém não são todas que são ministradas nessa entidade, por falta de espaço ou comprometimento de horário, as reuniões podem ser desempenhadas em locais reservados dentro das instituições prisionais (Noveli e Louzada, 2011).

Os professores trabalham com a padronização do conteúdo ministrado dentro das salas de aula, com essa atitude os estudantes sentem mais facilidade e linearidade quanto a sua evolução, e quando são transferidos para outras instituições prisionais, não há qualquer perda ou desnivelamento quanto ao que lhe foi passado. Porém, esse esquema é formulado pelos próprios professores, e quando estes ministram uma mesma disciplina juntos, têm de haver a conversa entre eles sobre a forma que será colocado o conteúdo, dentre outras decisões.

Caso haja apenas um, ele fica livre para aplicar projetos e/ou atividades, desde que responda a todas as orientações de segurança dadas pela instituição prisional. No entanto o conteúdo é flexibilizado quanto à rotina dentro dos presídios, levando em conta seus ritos e mecanismos de segurança, portanto o conteúdo dado pode ser estendido ou otimizado, e são as reuniões pedagógicas que melhor definem como essa meta será aplicada ao cotidiano do presídio. (SERRADO e VIEIRA,2017.)

O ambiente nas salas de aula é hostil e de pouca maneabilidade com pouca ventilação, falta de diversidade na aplicação de determinadas matérias que poderiam ter experimentos, porém devido ao forte regime de segurança, se torna inaplicável. Existe a presença de um agente armado no fundo da sala e outro do lado de fora e todo o material é passado por uma revista, evitando-se a presença de qualquer material que possa ser utilizado como arma, como é o caso de lápis e canetas. No caso das aulas de música, não é permitido que excedam o volume, facilitando qualquer fuga ou dano maior ao sistema de segurança.

Pelo fato de ocorrerem vários problemas quanto à logística, falta de tempo e a política de educação que existe, mas não é implementada, não se tornando possível a aplicação do método construtivista de ensino, já que se faria necessária a participação do aluno no processo. O método tradicional, com a explanação do assunto e sua repetição é a melhor forma de passar o conteúdo (Onofre).

Sobre o cotidiano do professor, se faz de forma semelhante à maneira que é feito dentro das escolas públicas, com chamada, carga horária, notas. Porém o dia a dia é bastante diferente pelo fato das aulas poderem ser interrompidas por longos períodos devido a inúmeros fatores reservados a natureza do local, como fugas, desentendimentos entre os presos ou decisões judiciais (Duarte,2013).

Ainda o mesmo autor compreende que o professor irá se debruçar em diversas outras questões, principalmente, de cunho emocional, já que os presos vivem em um ambiente hostil, autoritário e de caráter punitivo. No regime escolar, o professor deve trabalhar também com a liberdade de expressão e de significação do ambiente social, dando ao professor também uma carga maior de profissionalismo, já que terá de aprender a ouvir dar conselhos quanto a conduta e a valores morais e éticos. O professor também deve restabelecer à autoestima do preso, criar uma objetividade quanto ao que lhe foi deixado em seu ambiente social. Dependendo da forma como é empenhado o trabalho do professor, pode haver uma projeção de uma imagem icônica, trazendo diversos benefícios para o próprio professor. (Duarte,2013)

Alguns professores defendem o fato de que o professor deva ser acompanhado psicologicamente por algum profissional e de que ele tem que perceber as diferenças entre os ambientes de dentro e de fora da estrutura prisional.

Na formação do professor, existem inúmeras problemáticas, principalmente quanto a sua falta de preparação para o trabalho dentro do ambiente prisional. Dentro das universidades há a falta de uma formação teórica e metodológica para fundamentar e auxiliar no seu trabalho em sala de aula no sistema prisional. Quando são admitidos dentro de uma instituição, recebem apenas instruções quanto ao funcionamento do presídio, reprimindo por muitas vezes a sua prática pessoal e sua liberdade dentro da sala de aula.

O professor é dado como o condutor da liberdade, já que ele encaminha o aluno para a liberdade do saber, da reflexão e o impulsiona para pensar sobre a vida, a cidadania e dignidade, visando a liberdade para uma nova forma de pena, menos violenta e mais produtiva. O professor estimula no aluno o pensar sobre si e sobre aqueles que o cerca, um pensar que vai além do quesito, aluno-conteúdo, mas uma crítica mais profunda sobre sua situação na sociedade e a própria sociedade em si, além de ser uma fuga do tempo que passa recluso, o professor não é um agente que vem para assegurar a ordem, mas sim um veículo para a liberdade em essência. Para isso, o professor precisa estar se atualizando constantemente e é importante que tenha conhecimento de determinadas teorias e conceitos para fundamentar sua prática. Assim como em outras formas e modalidades de ensino, o professor deve compreender que esses alunos tem especificidades, dificuldades e aptidões que devam ser exploradas na medida do possível dentro desse ambiente.

A atuação da docência dentro dos presídios é de um ganho inestimável quanto a proximidade e a relação benéfica que é construída entre esses dois atores, podendo proporcionar uma participação mais ativa e a realização de uma interação humana, que valoriza a dimensão social e afetiva, já que é nessa interação que se constrói uma relação de ensino/aprendizagem, propiciando a reinserção do preso no ambiente e convívio social. (Noveli e Louzada, 2011).

CAPÍTULO 4 – A DISTÂNCIA ENTRE O QUE EXISTE E O QUE SE PROPÕE

Para a educação nas prisões existe uma série de empecilhos, para se construir ³um processo produtivo e eficaz dentro do sistema prisional. O primeiro e mais impactante deles é a fundamentação de um pensamento progressista³, estabelecendo a crença de que há sim recuperação daqueles que estão dentro das prisões por meio da educação, e que esse é talvez o único meio pelo qual se possa haver uma recuperação do pensamento social e da consciência coletiva por parte dos encarcerados.

O sistema burocrático, políticos e alguns líderes veem a educação nas prisões como um “privilégio”, e não como um direito. Eles acreditam que qualquer acesso ao meio educacional ou a educação, pode vir como uma forma danosa no convívio com a sociedade. A educação é tratada por eles também como uma moeda de troca, para o bom comportamento e o estabelecimento da ordem, só se consegue a educação se se cumpre as regras e normas do cárcere. Com perspectivas da qual se acredita ser possível a recuperação, surgem lugares para a implementação de políticas públicas (PDE/PNE-10, educação nas prisões - estratégias) nesse sentido, em que estruturas e profissionais são enviados às prisões com o objetivo, de promover educação, tanto ética quanto científica para os presidiários.

No Brasil, os presidiários não fazem parte das demandas sociais e quando são defendidos pelos Direitos Humanos ou quando são estimuladas políticas educacionais, acabam por esbarrar em um pensamento conservador que não enxergam o preso como um cidadão e não acreditam que seus direitos devam ser respeitados, direitos esses como saneamento básico e educação.

A educação dentro das prisões se faz não só pela institucionalização da mesma mas também por eventos culturais e religiosos que podem promover o pensamento e reflexão quanto aos eventuais erros cometidos fora do meio social. A defesa de medidas sociais dentro dos presídios vem com o intuito de colocar o preso mais próximo de seu meio social e fazer com que ele compreenda o valor da comunidade e os conceitos éticos, forçando de certa forma, por meios educativos, sua reinserção na sociedade.

Dentro do sistema prisional existem leis que estimulam o preso ao estudo, ” como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96)”, no DF a há o CED

³ Um pensamento que parte de uma análise crítica das realidades sociais que sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação

01 de Brasília que institucionalizou a educação em prisão, ainda insuficiente, mas é um começo importante de ser registrado. Há uma precariedade na estrutura, sem ambientes planejados ou profissionais o suficiente para estimular a educação formal. Os presos não veem nenhum objetivo no estudo dentro das prisões ou fora dela, porque já se conscientizaram com o fato de que foram excluídos desse processo ou desistiram dele. E a educação é um meio pelo qual o preso pode acessar um ou mais direitos, reconhecendo a sua própria condição humana, é o trabalho e prática dos Direitos Humanos (Graciano, 2008).

Além disso, existe a tensão e a instabilidade emocional dos presos, o próprio regime e a forma como são tratados diariamente dentro dos presídios, o ambiente precário, a soma de atividades diárias, regras inflexíveis e horários fixos, tornam os dias estressantes, produzem condições desfavoráveis para o trabalho ou para o estudo. A prisão se torna um desestímulo para a educação (Ireland e Lucena, 2016).

A organização das instituições com suas regras de funcionamento e seu processo de inspeção acabam por suspender as aulas ou mudar os horários, mesmo quando existe alguma forma de ameaça de fuga ou algo suspeito entre os presos, como punição as aulas são canceladas ou alguns presos podem perder o “benefício” por algum tempo, e todo esse processo está à mercê do julgamento da diretoria e dos agentes do presídio.

Com todas essas dificuldades, os presos desconhecem a oferta educacional dentro das prisões, até por que eles não têm conhecimento do objetivo e benefício das mesmas e por muitas vezes perdem o interesse, fazendo com que somente cerca de 10% a 20% da população carcerária acompanhem o ensino. Quando existe uma demanda muito grande, não há um número de vagas suficiente para abranger todos os presos, e muito menos um espaço para isso (Barros, 2001).

Mesmo com a oferta reduzida, a qualidade do ensino ainda é precária, sem lugares preparados para tal atividade, muitas vezes, as salas são adaptadas em corredores, celas ou salas da diretoria. Não possuem um projeto pedagógico que abranja um objetivo significativo dentro do presídio, a falta de materiais adequados como cadernos, canetas, lápis ou materiais de apoio, e os que existem estão desatualizados. O acesso por parte dos presos a papel ou quaisquer materiais de escrita é restritamente controlado, e a prática da produção de cartas, folhetos e bilhetes é controlado. As bibliotecas são raras e quando existentes tem um material defasado e dificuldades de acesso. Devido a todos esses problemas a prática da leitura se torna muito difícil, e quando o preso tem a oportunidade de portar um livro ou algum material de leitura, deve ter muito cuidado, porque pode passar por

sanções, como a permanência na solitária caso haja alguma avaria ou perda. E muitos possuem problemas de visão, e não passam por exames frequentemente, ou não possuem óculos, o que dificulta ainda mais o acesso à leitura (Graciano, 2008).

O atendimento dos presos quanto a sua educação é designado diretamente a órgãos educacionais por meio de instituições de segurança pública, secretarias estaduais e municipais de educação ou organizações da sociedade civil conveniadas. Porém nem todas essas instituições conseguem abranger o total de presos e ainda, existem graves problemas na organização e coordenação entre as secretarias de educação e órgãos responsáveis pelo público carcerário (Graciano, 2008).

Difícilmente possuem profissionais especializados para entender e trabalhar com vistas à melhoria dentro do sistema carcerário. Os educadores das prisões têm gratificações em alguns Estados como, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Paraná. Porém convivem com o clima nocivo dentro dos sistemas prisionais, com violações dos direitos dos presos e sentem medo de fazer alguma abordagem contra esse problema, devido a prováveis represálias. Todos os educadores passam por revistas minuciosas e são controlados a todo tempo por parte das direções do presídio, tendo seu tempo e sua dinâmica em sala de aula interferida por múltiplas demandas de segurança. Os professores não podem exercer nenhum contato dentro da sala de aula com os presos, por poder parecer com interesse sexual ou sentimental, prejudicando seu trabalho (Barros, 2001).

A manutenção do trabalho educativo dentro dos presídios é muito difícil de manter, devido a grande mudança de horários e transferências, além dos retirados do sistema prisional. Existe um problema muito grande quanto à comunicação entre as unidades prisionais, necessitando de normas que priorizem e controlem os procedimentos educativos. Existe a falta de critérios avaliativos, para nortear o trabalho do profissional, para encontrar o nível de escolaridade do preso. É necessário o diálogo e a logística entre os agentes, profissionais da saúde e os professores atuantes, valorizando o trabalho que vise o progresso dentro das instituições prisionais (Araujo, 2015).

Quanto à dinâmica dentro da instituição é bastante problemática, devido a má organização dos horários de trabalho e de estudos. Os trabalhos no presídio são mecânicos e sem nenhum aprendizado social, e as empresas que trabalham com esse público são colocadas como “nobres”, já que “dão” a oportunidade para esses presos de trabalharem.

Outro grande problema é a falta de abertura para a participação da sociedade civil, que aparece apenas nas perspectivas filantrópicas ou para trabalhos religiosos. O tema de educação nas prisões é pouquíssimo abordado pelos conselhos nacional, estadual e municipal de política criminal e penitenciária. Mesmo o direito a educação sendo constitucional e abrangendo também esse público, eles ficam a mercê da boa vontade e sensibilidade de alguns setores públicos (BARROS ,2001)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconhece o direito de todo cidadão à educação regular no sistema prisional, e esse não é só importante como necessário para a reinserção e ressocialização do preso.

A Organização das Nações Unidas (ONU), que é orientada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, vem com o intuito de assegurar a paz e a segurança internacional e procura fomentar uma boa relação entre os países do mundo, e é a principal organização em âmbito internacional que defende a educação dentro das prisões. Destaca-se o direito do preso ao desenvolvimento de suas faculdades mentais, físicas e sociais, com a aprovação de normas e regras que visem isso, dentre elas temos as Regras Mínimas para o Tratamento de Presos de 1955; o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966; a Convenção contra a Tortura e outros Tratos ou Penas Cruéis, Inumanos ou Degradantes de 1975; e a Carta Africana dos Direitos de Homem e dos Povos, de 1981 (BOIAGO e NOMA, 2010).

As Regras Mínimas para o Tratamento de Presos, de 1955, tem o objetivo de propor aos governos que adotem e garantam as regras previstas, que estabeleçam a educação prisional nos países membros atendendo as suas necessidades, no entanto levariam em conta os problemas e a situação social e econômica do país. Dentre suas regras estão a criação de bibliotecas nas prisões garantindo que todo preso tenha acesso, e o incentivo para que o preso a usufrua. Os professores e instrutores devem manter sua função de forma permanente com o auxílio de ajudantes ou voluntários. A penitenciária deve agir de forma positiva quanto a medidas para o desenvolvimento da educação no cárcere. A educação deverá ser obrigatória para os analfabetos e jovens, seguindo o curso educacional do país, podendo propiciar a continuidade dos estudos, caso venha a sair. Os presos devem ter assegurados por meio de documentação, o poder de continuar exercendo o trabalho que deu introdução na cadeia (Boiago e Noma, 2010).

A Convenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Inumanos ou Degradantes de 1975, também garante a educação prisional, concordando com a fundamentação da justiça e paz no mundo assegurada pela Declaração Universal

dos Direitos Humanos, e consideram inaceitáveis os tratamentos que danifiquem psicológica ou fisicamente o apenado.

A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos de 1981, reforça a Declaração dos Direitos do Homem, retoma a participação de todo ser humano na economia, política e cultura, prevendo o direito a informação, opinião e a educação.

No Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966, reafirma novamente aspectos já abordados na Declaração dos Direitos do Homem e ressalta dizendo que os seres privados de liberdade, devem ser tratados com dignidade, humanidade e respeito à pessoa humana e seu objetivo maior é a ressocialização, visando seu pleno desenvolvimento.

Houve um inenarrável ganho na década de 90 com a aprovação de três resoluções: de nº45/122-90 instituindo o direito do apenado a educação; a 1990/20, colocando a educação como prevenção do delito e ressocialização; e a 1990/24 visando a capacitação e consciência pública na prevenção do delito.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura(UNESCO), criada em 1945, com o intuito de auxiliar os países que foram devastados pela segunda guerra mundial, é uma das agencias da ONU responsáveis pela educação, ciência, cultura e comunicação. Conforme dito na Conferência Mundial de Educação para Todos de 1990, ela se preocupa com a educação das pessoas no cárcere.

A UNESCO atua se articulando e concretizando ideias a fim de assessorar os países membros e construindo pontes entre as políticas públicas , unindo governo a sociedade. Para tal a UNESCO conta com a ajuda do Instituto de Educação (UIE) situado em Lisboa, que é o especialista em alfabetização, educação não formal de adultos e educação ao longo da vida. Seu trabalho conta com a realização de pesquisas, elaboração de documentos com diagnósticos e propostas, orientando os países membros sobre a educação.

A UIE produziu um manual referente à educação penitenciária, chamado *Educação Básica em Estabelecimentos Penitenciários*, publicado pela parceria entre a Oficina das Nações Unidas em Viena e o UIE em 1991. A elaboração do manual contou com a participação do Conselho Internacional de Bem-Estar, do Conselho Internacional de Educação de Adultos e de alguns especialistas que contribuíram com estudo de casos. Houve uma preocupação em promover uma educação para todos, incluindo aqueles que se interessam em tratar da educação em estabelecimentos penitenciários, formulando estratégias de educação básica, contribuindo para reinserção do preso na sociedade e difundindo sua importância nesse meio.

A educação tem como finalidade para o Conselho Internacional para a Educação de Adultos(CIEA) facilitar o desenvolvimento das personalidade humana e cooperação internacional, paz mundial e desenvolvimento social, econômico e cultural, defendendo assim a importância da educação.

A UNESCO, junto a diversas agências internacionais, tem percebido a importância da educação dentro das prisões, discutindo seus programas para tal. A educação é vista pela UNESCO como fundamental para o desenvolvimento humano. Apesar das pessoas que estão privadas de liberdade perder alguns de seus direitos, elas ainda conservam o direito a educação, que é fundamental para sua reintegração e reabilitação. Além do mais possibilita ao preso ter uma vida digna quando posto em liberdade, dando outras oportunidades que não a criminal. A educação segundo a UIE (Instituto de Educação da Unesco) é instrumento essencial para o desenvolvimento da pessoa, restabelecendo a convivência em sociedade.

Devido ao aumento da criminalidade em nível mundial a educação em prisões tem sido foco da comunidade internacional. Apesar da educação diminuir o risco de reincidência do crime, é importante compreender que as pessoas não são mostras concretas, que tem subjetividade e portanto não serão remodeladas a forma anterior. Sua causa não está relacionada diretamente ao desemprego, senão a população seria ainda maior, e a educação também deve ser formal ou informal, encaminhando o indivíduo e atendendo suas necessidades e as necessidades de outrem, é o que orienta o relatório da UNESCO - 2009.

No trabalho da UNESCO no Brasil, há o destaque do projeto *Educando para a Liberdade*, que por meio de recursos vindos do governo japonês e a cooperação dos ministérios da justiça e educação, ressalva a importância de questionar e entender o trabalho que pode ser empenhado pela ação de profissionais da educação dentro dos presídios brasileiros, destacando seus direitos fundamentais e valorizando sua inclusão na sociedade. O projeto visa atingir várias das atividades que valorizam a diversidade e impulsionam a inclusão de determinados grupos vulneráveis. Porém enfrentam adversidades, como a falta na inclusão da população carcerária nas políticas relacionadas a educação e a falta de oferta e qualidade. Para colocar o projeto a frente é necessário que haja um grande empenho por parte dos governantes, que devem investir na área. Partindo desse princípio, é importante que compreendamos que é necessária a cooperação internacional para a elaboração de determinada política. O apoio e a parceria da UNESCO proporcionou uma agenda mais sólida e propulsiona a sua aplicação.

Com a presença da UNESCO, a discussão passou a ter outro rumo, ampliando a abordagem, tratando como uma questão de direitos fundamentais. A

organização Educando para a liberdade construiu diversas atividades afirmativas no setor da educação prisional, entre elas oficinas técnicas, seminários regionais, proposição para a lei de execução penal, financiamento de projetos, alteração de leis de execução penal e a valorização das relações entre os órgãos estatais e federais, a fim de promover uma reforma mais profunda e satisfatória.

Dentre as ações destacamos o I seminário Regional pela Educação nas Prisões, que ocorreu nos dias 12 a 14 de julho de 2006 e o II Seminário Nacional de Educação em Prisões, todos ocorridos em Brasília, que abordaram a importância da articulação entre os vários órgãos e a implantação de políticas que integrem a inclusão de recursos, garantam a continuidade do benefício até sua conclusão, além de haver uma preocupação com a diversidade.

O PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) que em comum acordo com a UNESCO, dentro do projeto Educando pela Liberdade, propôs a criação de um programa chamado Programa Nacional de Segurança com Cidadania, do Ministério da Justiça que visa estabelecer uma ligação entre a educação e o estudo da criminalidade. Uma ação preventiva que tende a inibir o comportamento criminoso por meio de ações sociais, que dentre outras estratégias que visa o aprimoramento de profissionais que trabalham na área e o incentivo dos presos para a sua participação no projeto. (BOIAGO, DAIANE LETÍCIA. NOMA, AMÉLIA KIMIKO – 2012)

No Distrito Federal, houve a criação de instituições que cuidam e fiscalizam a educação dentro das prisões. Hoje a Unidade Escolar que atende a população das prisões é coordenada pela SEEDF, com sede na EAPE, obtendo uma Unidade Educacional com no mínimo um núcleo de ensino em cada, apenas no presídio feminino, que se chama Colméia, que é privilegiado com dois núcleos, um deles abriga a área de Tratamento Psiquiátrico (ATP). A partir da concretização dessa UE, o ensino dentro das prisões passou a seguir a mesma organização e orientação do calendário escolar da SEEDF, no entanto dentro dos presídios existe inúmeras dificuldades quanto a logística, levando em conta que existem inúmeras práticas relacionadas a segurança, como transferências, escolta, revistas e a dias de visita que dificultam o trabalho, além do horário de estudo ser diferente em cada Unidade Prisional. Esse déficit é compensado por meio das horas indiretas, que são atividades pedagógicas realizadas fora do horário escolar, e de seu espaço, proporcionando ao estudante dentro das prisões ter continuidade de seus estudos sem gerar grandes problemas.

Apesar do trabalho desempenhado por órgãos internacionais, nacionais e regionais, ainda temos um longo caminho a percorrer, para inserir uma educação

digna dentro de um ambiente onde a população tanto necessita, trazendo de volta um direito conquistado por meio de inúmeras lutas, tentando mudar a realidade que existe atualmente, na qual a população carcerária é analfabeta ou semianalfabeta, constituída de uma população de origem pobre, negra, LGBTQs, indígenas e imigrantes, além do hiperencarceramento. O princípio que norteia a história e a finalidade na constituição das prisões é a crença no fato de que os seres humanos ali colocados devam passar por uma reeducação para serem reinseridos no convívio em sociedade. E não só os presos devem passar por isso, mas a própria sociedade também deve passar por uma reeducação quanto à aceitação dessas pessoas, que possam voltar com dignidade e ter oportunidades profissionais e educacionais, voltando a viver bem dentro da comunidade.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Minha trajetória até aqui influenciou diretamente nos meus objetivos, que são muitos, porém nada direcionado ainda. Procuro fazer o melhor pra continuar vendo um sorriso no rosto de todos aqueles que passam por mim.

Pretendo entrar em alguma área da qual me sinta participante, que me faça ver sentido e criar um objetivo a partir daquilo que for constituindo meus dias, e o principal, que me faça realizado e muito feliz.

Tudo o que aprendi refletiu diretamente na minha vida acadêmica, minhas conquistas e meus problemas. A vida é um aprendizado, viver é literalmente aprender, e precisei estudar bastante para entender concretamente o que isso significa.

Eu não tenho desejos profissionais bem definidos, sonho em poder encontrar o meu espaço e fazer dele o mais importante que puder, não gosto de me sentir deslocado e perdido, mas o que vier em frente farei, com maestria por que eu tive uma boa caminhada até aqui.

REFERÊNCIAS

ARAUJO AGUIAR. ANDRESSA LARISSA DE. O professor da papuda, A motivação para o ensino prisional no DF. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. 2015.

BARROS, ANA MARIA. A educação penitenciária em questão: notas para uma metodologia. Justributário. Abed. Esed. www.unieducar.org.br.

BATISTA, EURICO. Maior parte dos presos responde por tráfico e roubo. Revista Consultor Jurídico. 2010. <http://www.conjur.com.br/2010-abr-03/maior-parte-presos-brasileiros-responde-trafico-roubo-qualificado>

BOIAGO, DAIANE LETÍCIA. NOMA, AMÉLIA KIMIKO. Políticas públicas para a educação prisional: perspectivas da ONU e da Unesco. UEM. IX ANPED SUL. 2012.

DUARTE, ALISSON JOSÉ OLIVEIRA. “Celas de aula” O exercício da professoralidade nos presídios. Revista Encontro de Pesquisa em Educação. Uberaba, v.1, n.1, p. 25-36, 2013.

FERREIRA, MARINA LIMA. Biopoder em Foucault: aspectos empírico-criminológicos da gestão da vida e da morte das pessoas encarceradas. FDUSP.

FAPESP. ARACÊ- Direitos humanos em revista. Ano 3. Nº 4. Fev/2016.

FOUCAULT, MICHAEL – Vigiar e Punir, nascimento da prisão. Editions Gallimard, 1975.

GAUDAD, Ludmila, Marcos Histórico-político-legais e institucionalização da educação no sistema prisional do distrito federal, revista COM CENSO. 2º edição especial. Nº5. Maio de 2016.

GRACIANO, MARIANGELA. SHILLING, FLÁVIA. *A Educação na prisão: Hesitações, Limites e Possibilidades. Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.13, n.25, p.111-132, 2008

IRELAND. TIMOTHY DENIS. LUCENA, HELEN HALINNE RODRIGUES DE. Educação e trabalho em um centro de reeducação feminina: um estudo de caso. UFPB – João Pessoa. Cad. Cedes, Campinas. v. 36. Nº 98. Pg 61-78. Jan-abr/2016.

JESUS, SAMUEL DE. O Negro na Educação Brasileira. Unesp- Araraquara/SP. Doutorando em sociologia. Revista Vozes dos Vales: Publicações acadêmicas. Reg.: 120.2095-2011 – PROEXC/UFVJM. Nº 01-Ano 1- 05/2012.

Kabengele Munanga. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia, 2003

MENEZES SANTOS, SINTIA. Ressocialização através da educação. DN DIREITONET. 17/jun/2017.

NOVELLI, JULIANA. LOUZADA, SHÊNIA SORAYA SOARES. O trabalho do professor dentro das penitenciárias. Revista Trajetória Multicursos – Facos/CNEC Osório. Ano 3. Vol. 5 – Nº 6. Jul/2012.

ONOFRE, ELENICE MARIA CAMMAROSANO. Educação escolar na prisão na visão dos professores: um hiato entre o proposto e o vivido. Departamento de Metodologia de Ensino e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/SP.

PEREIRA DUARTE, HAROLDO. Educação formal e prevenção da criminalidade: uma análise do caso brasileiro. Universidade Federal de Minas Gerais. TCC. Belo Horizonte. 2010.

RÊSES, ERLANDO DA SILVA. PINEL, WALACE ROZA. Educação de Jovens e Adultos na penitenciária feminina do Distrito Federal: possibilidade de pesquisa através do Materialismo Histórico-Dialético. Revista Com Censo. 2ª Edição Especial. Nº 5. 2016

ROBERTA DOLCI ROSSINI, TAYLA. O sistema prisional brasileiro e as dificuldades de ressocialização do preso. <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8784/O-sistema-prisional-brasileiro-e-as-dificuldades-de-ressocializacao-do-preso>. 6/Jan/2015.

RODRIGUES, RN. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, 95p. ISBN 978-85-7982-075-5.

SERRADO JUNIOR, JEHU VIEIRA. A formação do professor do sistema penitenciário: A necessidade de uma educação reflexiva e restaurativa nas prisões. FCT/UNESP.

SILVA VIEIRA, LUCILÉIA DA. Famílias Negras, Escolaridade e Criminalização da Pobreza: Um estudo acerca de jovens encarcerados no sistema prisional. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Maio/2014.

WACQUANT, Loic. Da escravidão ao encarceramento em massa, repensando a “questão racial” nos Estados Unidos.